



Simulado Especial

TJ RO

ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE
JUSTIÇA - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Especial TJ-RO (Analista Judiciário - Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Oficial de Justiça do TJ-RO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/j5ZXHwfK9Dw5Lf8Y7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/zv8m>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

A Praia
(Rubem Braga)

Acordo cedo e vejo o mar se espreguiçando; o sol acabou de nascer. Vou para a praia; é bom chegar a esta hora em que a areia que o mar lavou ainda está limpinha, sem marca de nenhum pé. A manhã está nítida no ar leve; dou um mergulho e essa água salgada me faz bem, limpa de todas as coisas da noite.

Era assim, pelas seis e meia, sete horas que a gente ia para a praia em Marataízes. Naquele tempo, diziam que era bom para a saúde; não sei se ainda dizem. Para mim, tem um sabor tão antigo e todo novo, essa praia bem de manhã. Para um lado e outro diviso apenas dois ou três vultos distantes. Por que não vem mais gente à praia? Muita gente, é claro, tem de estar na cidade cedo; mas há um número imenso de funcionários e pessoas de muitas profissões que nesta cidade onde se dorme tão cedo parece ter algum preconceito contra acordar cedo.

Basta olhar qualquer edifício de Copacabana e Ipanema; às dez horas começam a se apagar as luzes, e meia hora depois da última sessão de cinema há edifícios inteiros completamente às escuras. O grosso da população ressona, provincianamente às onze horas. Mas para vir à praia todo mundo parece ter medo de ser provinciano.

O leve calor do sol me reconforta. Chega uma senhora gorda com dois meninos e duas meninas. Senta-se no raso, e as duas crianças menores sobem pelos seus ombros e sua cabeça, chutam água e espuma, todos se riem na maior felicidade. Suas roupas de banho não são elegantes; devem ser como eu, gente do interior. Aparece depois um rapaz; mas é um atleta. Faz alguns minutos de ginástica, dá um mergulho, volta a fazer exercícios com a maior eficiência. Esse não é de nossa raça, os vagabundos matinais. Está ali a negócios: negócios de saúde ou atletismo, em todo caso, negócio.

Eu, a senhora e as quatro crianças nos entendemos. Levo duas crianças um pouco mar a dentro, para receberem algumas lambadas de onda. Dão gritos, dão

risadas, sentem medo, sentem coragem. Somos gente do interior e somos, seguramente, boa gente.

01. Assinale a alternativa em que o elemento destacado poderia ser retirado da frase sem que isso causasse qualquer prejuízo ao sentido original.

- a) Chega uma senhora gorda com dois meninos e duas meninas.
- b) ... todos se riem na maior felicidade
- c) Eu, a senhora e as quatro crianças nos entendemos.
- d) Por que não vem mais gente à praia?
- e) Naquele tempo, diziam que era bom para a saúde.

02. Em relação às ideias expressas no texto, assinale a alternativa correta:

- a) O narrador não se identifica com a senhora e as crianças.
- b) O narrador compreende o fato de poucos valorizarem o hábito de acordar cedo para aproveitar momentos como os descritos, pois ele é preguiçoso.
- c) A chegada de outras pessoas à praia reforça um contraste de perfis.
- d) A areia limpa, o ar fresco e o mar convidativo fazem com que o autor esqueça por completo as preocupações.
- e) A prática matinal de ir à praia, considerada saudável no passado, é inédita para o narrador.

03. Assinale a alternativa em que tenha sido empregado o sentido conotativo da linguagem.

- a) Para um lado e outro diviso apenas dois ou três vultos distantes.
- b) Chega uma senhora gorda com dois meninos e duas meninas.
- c) Eu, a senhora e as quatro crianças nos entendemos.
- d) é bom chegar a esta hora em que a areia que o mar lavou ainda está limpinha
- e) Vejo o mar se espreguiçando.

04. Leia as frases a seguir retiradas do texto.

I. O leve calor do sol me reconforta.

II. Levo duas crianças um pouco mar a dentro, para receberem lambadas de onda.

São vocábulos que podem substituir, respectivamente, as palavras em destaque sem alterar o sentido do texto.

- a) tranquiliza, pancadas.
- b) preocupa, batidas.
- c) conforta, quebra-molas.
- d) descansa, rasteiras.
- e) revigora, impactos.

05. Ao fazer a leitura do texto é possível compreender que o gênero textual crônica possui como características, EXCETO:

- a) Acontecimentos corriqueiros do cotidiano.
- b) Fatos informativos com dados estatísticos.
- c) Uso de uma linguagem simples e coloquial.
- d) Poucos personagens e um espaço reduzido.
- e) Brevidade e foco em detalhes

06. Aparece depois um rapaz; mas é um atleta.

O termo sublinhado transmite ao trecho:

- a) Dúvida sobre fatos.
- b) Oposição de ideias.
- c) Adição de informações.
- d) Conclusão para a situação.
- e) Decepção do narrador.

07. O grosso da população ressona, provincianamente às onze horas.

Assinale abaixo o acento de crase que tenha sido utilizado pelo mesmo motivo que o da frase acima.

- a) O jornalista entregou o artigo à redatora-chefe.
- b) Só puderam se desenvolver na Terra graças à nossa grande lua.

c) Ele perdoou à mulher.

d) Com a saída do fiscal, todos trabalharam à vontade.

e) Comprou uma blusa igual à que tinha manchado de tinta.

08. Somos gente do interior e somos, seguramente, boa gente.

A frase acima **não** pode ser reescrita, mantendo-se a correção e o sentido, da seguinte forma:

- a) Somos pessoas do interior e, com toda certeza, pessoas de bem.
- b) Pertencemos ao interior e, sem dúvida, somos indivíduos honrados.
- c) Somos originários do interior e somos considerados pessoas de caráter ambíguo.
- d) Provenientes do interior, somos seguramente indivíduos respeitáveis.
- e) Somos habitantes do interior e, com certeza, pessoas dignas e correto.

09. ...não sei se ainda dizem.

Assinale a opção em que o termo destacado pertença à mesma classe gramatical que o destacado acima.

- a) às dez horas começam a se apagar as luzes.
- b) Está ali a negócios: negócios de saúde ou atletismo.
- c) Para mim, tem um sabor tão antigo e todo novo.
- d) Acordo cedo e vejo o mar se espreguiçando.
- e) Naquele tempo, diziam que era bom para a saúde.

10. *devem ser como eu, gente do interior.*

A vírgula acima foi empregada para:

- a) indicar separação entre orações coordenadas.
- b) separar o complemento verbal.
- c) isolar uma explicação.
- d) isolar o vocativo.
- e) isolar uma expressão adverbial de comparação.

11. Basta olhar qualquer edifício de Copacabana e Ipanema.

O segmento sublinhado acima exerce função de:

- a) objeto direto
- b) objeto indireto
- c) sujeito
- d) complemento nominal
- e) predicativo

12. nesta cidade onde se dorme tão cedo parece ter algum preconceito contra acordar cedo.

A partícula 'se', na frase acima, é:

- a) índice de indeterminação do sujeito
- b) partícula apassivadora
- c) pronome reflexivo
- d) parte integrante do verbo
- e) partícula expletiva

13. mas há um número imenso de funcionários.

É correto afirmar que quanto à transitividade o verbo "haver", no excerto anterior, é:

- a) Intransitivo.
- b) Bitransitivo.
- c) Transitivo direto.
- d) Transitivo indireto.
- e) Verbo de ligação.

14. Acordo cedo e vejo o mar se espreguiçando; o sol acabou de nascer. Vou para a praia; é bom chegar a esta hora em que a areia que o mar lavou ainda está limpinha, sem marca de nenhum pé.

Conforme o contexto, as palavras sublinhadas são classificadas, respectivamente, como:

- a) advérbio, preposição, preposição, pronome relativo, pronome.
- b) adjetivo, preposição, preposição, pronome relativo, adjetivo.

c) advérbio, preposição, artigo, conjunção integrante, pronome.

d) adjetivo, artigo, artigo, pronome relativo, pronome.

e) advérbio, preposição, preposição, pronome relativo, adjetivo.

15. Em relação à porcentagem, assinale a afirmativa cuja concordância verbal está INCORRETA.

- a) 30% das pessoas costumam ir à praia cedo.
- b) 1,8% do povo podem acordar cedo, mas não fazem.
- c) Metade da população trabalha de manhã.
- d) 60% do povo entendem a importância da atividade física.
- e) 1% do povo tem acesso a isso.

NOÇÕES DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. Ao analisar suas características, são nítidas as diferenças entre Estado, Governo e Administração Pública. Dessa forma, entre as alternativas seguintes, assinale a que exprime corretamente uma dessas características.

- a) O Estado é um elemento condutor e instrumento do Governo.
- b) O Governo é responsável por fazer com que o Estado concretize as suas funções.
- c) O Estado é responsável por fazer com que o Governo concretize as suas funções.
- d) O Estado compõe o Governo e representa uma função administrativa.
- e) Os órgãos do Governo não têm o objetivo de pôr em prática funções políticas e serviços realizados pelo Governo.

17. O atingimento de metas e objetivos está relacionado à:

- a) efetividade
- b) eficiência
- c) eficácia
- d) normalidade
- e) produtividade

18. Em inúmeras situações, divergência de interesses ocorre entre proprietários e administradores. Isso pode, em decorrência do desequilíbrio de informação, poder e autoridade, levar a um potencial conflito de interesse entre eles, na medida em que ambos tentam maximizar seus próprios benefícios. Com base na literatura sobre governança, assinale a opção que apresenta como é conhecido esse conflito.

- a) Teoria da agência.
- b) Accountability.
- c) Problema dos feixes de contrato.
- d) Externalidades positivas.
- e) Free-riders.

LEI N. 14.133/2021, LAI E LGPD

Herbert Almeida

19. O Tribunal de Justiça de Rondônia pretende adquirir equipamentos fornecidos por representante comercial exclusivo, o que inviabiliza a competição entre mais de um interessado. A legislação traz como solução, para esse caso:

- a) a inexigibilidade de licitação, cujo processo deverá ser instruído com as razões da escolha do contratante, dentre outros elementos.
- b) a dispensa de licitação, desde que a situação esteja expressamente prevista na Lei.

c) a dispensa de licitação, desde que instruída com documentos que atestem a exclusividade do fornecedor.

d) licitação na modalidade concorrência, vedada a dispensa ou inexigibilidade.

e) impossibilidade de realização da contratação com bane na Lei 14.133/2021, devendo a contratação seguir os moldes do direito privado.

20. Determinado ente público está planejando a construção de uma ponte de acesso entre dois bairros que têm forte demanda de tráfego, mas cujas condições geográficas e técnicas exigem soluções inovadoras. A administração pública, com o objetivo de contratar a obra, percebe que as especificações técnicas para a ponte não podem ser completamente definidas de antemão, e que soluções disponíveis no mercado necessitam de adaptações específicas para atender às necessidades locais. O estudo técnico preliminar indicou que a contratação poderia ocorrer por meio do diálogo competitivo. Com base na situação acima, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021:

- a) a modalidade de diálogo competitivo deve ser utilizada sempre que a Administração Pública não conseguir definir as especificações do objeto da licitação, independentemente de envolvimento de inovação ou adaptação de soluções existentes no mercado.
- b) o diálogo competitivo é adequado para a contratação de obras em que se exige inovação tecnológica ou técnica e quando a Administração não consegue definir as especificações técnicas com precisão.
- c) o diálogo competitivo é restrito às contratações que envolvem apenas soluções jurídicas ou financeiras complexas, não sendo aplicável para obras ou serviços que envolvam inovações técnicas ou adaptação de soluções.
- d) a Administração deve usar a modalidade de diálogo competitivo exclusivamente quando a especificação técnica estiver completamente definida, sendo necessário apenas discutir questões financeiras ou jurídicas com os licitantes.
- e) o diálogo competitivo pode ser utilizado para qualquer tipo de contratação pública, desde que envolva licitação para obras, serviços e compras, independentemente da existência de inovações ou adaptações necessárias.

21. João, cidadão comum, realizou um pedido de acesso a informações a respeito de um contrato firmado por um órgão da Administração Pública, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). Ele fez o pedido de forma clara e objetiva, especificando a informação solicitada e sua identificação. O órgão, no entanto, não pôde fornecer a informação de imediato, mas constatou que a informação solicitada estava disponível ao público em formato impresso, mas cuja extração dependeria de pesquisa ao material. Além disso, ao invés de conceder o acesso, o agente responsável alegou que o pedido de João estava incompleto, pois não especificava o motivo pelo qual ele queria a informação. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta:

- a) o órgão público deve negar o pedido, pois a Lei de Acesso à Informação exige que o requerente informe o motivo pelo qual deseja obter a informação solicitada.
- b) o órgão público deve, no prazo de até 10 dias, informar ao requerente se a informação está disponível ou não, sem exigir a justificativa do motivo pelo qual João deseja a informação.
- c) o órgão público deve solicitar que João forneça o motivo pelo qual ele deseja obter a informação, pois a Lei de Acesso à Informação permite tal exigência.
- d) o órgão público deve permitir que o requerente pesquise a informação de que necessita, desde que a informação solicitada seja pública e não envolva dados sigilosos, exceto se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tal procedimento.
- e) o órgão público pode condicionar o fornecimento da informação à apresentação de mais documentos que comprovem o interesse público de João na solicitação.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO*Géssica Ehle*

22. Considerando a Resolução nº 425/21-CNJ, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, assinale a alternativa correta.

- a) Um de seus objetivos é de assegurar o acesso das pessoas em situação de rua à identificação civil básica e ao alistamento militar
- b) Tem como objetivo promover a não-criminalização das pessoas em situação de rua
- c) Os tribunais precisam manter, em suas unidades, equipe especializada e exclusiva de atendimento, obrigatoriamente multidisciplinar
- d) O atendimento fornecido pelos tribunais às pessoas em situação de rua deve ser prioritário, desburocratizado e humanizado
- e) pessoas em situação de rua que estejam usando de vestimenta inadequada e não tenham respeitado mínimas condições de higiene pessoal, poderão ter negado seu acesso às dependências do Poder Judiciário

23. Nos termos da Resolução nº 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, nos concursos do Poder Judiciário, é vedado o estabelecimento de qualquer espécie de cláusula de barreira para os candidatos enquadrados como pessoas com deficiência, bastando o alcance de nota

- a) 10% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência para que sejam admitidos nas fases subsequentes
- b) 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, para que sejam admitidos nas fases subsequentes

c) 30% superior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, para que sejam admitidos nas fases subsequentes

d) nota 6,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes

e) nota 7,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes

24. A partir da Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas interseccionalidades, que define princípios, diretrizes, objetivos, e ações para o enfrentamento da violência contra as pessoas idosas, assinale a alternativa que não corresponde a um princípio apresentado pela Resolução CNJ n. 520/2023.

- a) respeito à autonomia da pessoa idosa
- b) melhor interesse da pessoa idosa quanto à gestão dos conflitos familiares
- c) acesso à justiça
- d) solidariedade intergeracional
- e) atendimento multidisciplinar à pessoa idosa em situação de risco

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

André Rocha

25. Um determinado município disciplinou, por meio de lei ordinária, assunto de matéria ambiental, permitindo a pesca em seu território em período de defeso previsto em legislação federal. Considerando as prescrições constitucionais acerca do meio ambiente, é correto afirmar que:

- a) A matéria é de competência legislativa privativa da União, não podendo os Municípios legislar sobre ela.
- b) O Município atuou dentro da sua esfera de competência para legislar sobre questões de interesse local.
- c) O Município tem competência constitucional residual para legislar sobre a matéria e estabelecer normas gerais a respeito do tema.
- d) A matéria é de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, cabendo ao Município apenas suplementá-la, no que couber.
- e) O Município pode legislar sobre tal temática, mas apenas por meio de lei complementar.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. Com o Google Meet não é possível:

- a) Realizar reuniões on-line
- b) Bloquear o microfone de participantes
- c) Utilizar o recurso de chat
- d) Editar textos em um editor próprio e integrado direta e exclusivamente à ferramenta
- e) bloquear a câmera durante uma transmissão .

27. Sobre o Google Drive

- a) É a ferramenta de disponibilização e compartilhamento de arquivos na nuvem da Google.

b) Não permite o compartilhamento de arquivos com e-mails que não sejam do gmail.

c) Foi incorporada pela Microsoft nas novas versões do Windows 11.

d) Só disponibiliza as funcionalidades de compartilhamento de arquivos para as contas de assinantes e não para as contas gratuitas.

e) Não permite o upload de arquivos de vídeo.

28. O Windows 10 oferece um novo recurso de segurança que permite encriptar o disco rígido do computador, protegendo os documentos e arquivos contra o acesso não autorizado. O intuito é agregar mais níveis de segurança para o usuário que é algo extremamente almejado nos dias de hoje. Esse recurso é:

- a) Bit Locker
- b) Criptonews.
- c) Windows Defender.
- d) Cortana
- e) Diana

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Tiago Zanolla*

29. Durante uma reunião na Secretaria de Administração, os servidores discutiam as peculiaridades dos institutos previstos na Lei Complementar n. 68/1992. A dúvida central surgiu quando um colega recém-empossado perguntou sobre as diferenças entre readaptação, reversão, reintegração e recondução. A servidora Mariana, com anos de experiência, resolveu explicar cada caso, utilizando situações hipotéticas.

Com base nos dispositivos mencionados, assinale a alternativa correta:

- a) A readaptação ocorre exclusivamente no mesmo cargo do servidor, sendo vedada sua efetivação em outro cargo, ainda que de atribuições afins.
- b) A reversão é permitida ao servidor aposentado por invalidez, mesmo após completar 70 anos de idade, desde que comprove a recuperação de sua capacidade.
- c) A reintegração é aplicável apenas quando há decisão judicial que invalide a demissão do servidor estável.
- d) A recondução ocorre quando o servidor retorna ao cargo anteriormente ocupado, podendo ser decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- e) No caso de recondução, se o cargo de origem estiver provido, o servidor será aposentado compulsoriamente.

30. Em um treinamento na Escola da Magistratura, os servidores debatiam os requisitos para a criação e instalação de comarcas no Brasil, conforme o texto da legislação vigente. Durante o debate, o instrutor apresentou a seguinte situação hipotética:

O município de Santa Clara possui uma população de 12 mil habitantes e arrecadação tributária anual equivalente a 700 vezes o salário mínimo vigente. Além disso, possui prédios públicos adequados para o funcionamento do Fórum, cadeia pública, alojamento policial e residências oficiais para o Juiz e o Promotor. Entretanto, há somente 3.500 eleitores registrados e o volume de processos ajuizados no ano anterior foi de 280. Com base nessa situação, analise a viabilidade de criação da Comarca de Santa Clara.

Sobre os requisitos para criação e instalação de comarcas, assinale a alternativa correta:

- a) A criação da Comarca de Santa Clara é viável, pois atende à arrecadação mínima e à existência de prédios públicos adequados.
- b) A criação da Comarca de Santa Clara não é viável, pois o município possui menos eleitores registrados do que o exigido pela legislação.
- c) A criação da Comarca de Santa Clara é viável, pois a população do município supera o mínimo exigido e os prédios públicos estão adequados.
- d) A criação da Comarca de Santa Clara é viável, pois o volume de processos ajuizados no ano anterior foi superior ao exigido pela legislação.
- e) A criação da Comarca de Santa Clara é inviável porque não possui arrecadação tributária mínima compatível com os requisitos legais.

31. No Tribunal de Justiça do Estado, os servidores estavam estudando o regimento interno em um curso promovido pela Escola da Magistratura. Durante a aula, o professor propôs uma questão sobre o funcionamento e composição do Tribunal Pleno, da Câmara Criminal e das Câmaras Reunidas.

Com base nas disposições do regimento interno, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal Pleno é composto por todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça, funcionando com a presença de pelo menos um terço de seus membros.
- b) A Câmara Criminal é composta por 5 (cinco) Desembargadores, sendo a presidência exercida pelo mais antigo entre eles, sem critério de rodízio.
- c) As sessões ordinárias das Câmaras Reunidas realizam-se presencialmente na segunda quarta-feira de cada mês e em Plenário Virtual na segunda semana do mês.
- d) O presidente das Câmaras Reunidas tem a função exclusiva de presidir as sessões, sem competência para coordenar os trabalhos ou resolver incidentes.
- e) A presidência da Câmara Criminal é exercida por critério de rodízio, mas o Diretor da Secretaria da Câmara é indicado pelo Tribunal Pleno.

HISTÓRIA DE RONDÔNIA

Marco Túlio

32. Em relação ao processo histórico de ocupação da região de Rondônia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O reconhecimento do Vale do Guaporé como domínio português pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, contribuiu para que a região fosse uma das primeiras colonizadas do território brasileiro.
- b) Para assegurar a posse sobre a região próxima aos domínios espanhóis, a Coroa lusa estimulou, em

1775, a construção do Real Forte Príncipe da Beira e a criação da Capitania do Vale do Guaporé.

- c) O primeiro grande movimento migratório no Guaporé ocorreu por volta de 1877, quando muitos nordestinos se instalaram na região fomentados pelo extrativismo da borracha natural.
- d) Durante a Segunda Guerra Mundial, a exploração da cassiterita e do látex no Território de Rondônia estimulou a redução demográfica da região, tendo em vista a elevada mortalidade dos povos indígenas.
- e) A inauguração da rodovia BR-364, durante o governo Vargas, intensificou a ocupação urbana no Território Federal de Rondônia, representando a abertura de uma nova fronteira agrícola.

33. O centenário Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), inaugurado em 1912, é considerado Patrimônio Cultural Brasileiro desde 2006 e sua história se mistura com a do estado de Rondônia. Em relação ao seu contexto de criação e os impactos na região, julgue as sentenças abaixo:

- I – A construção da ferrovia integrava o Tratado de Petrópolis, formalizado entre Brasil e Bolívia em 1903 para pôr fim à disputa territorial envolvendo a região do atual Estado de Rondônia.
- II – As obras da Ferrovia Madeira-Mamoré estimularam uma grande migração e imigração para a região, o que envolveu a mobilização de trabalhadores de cerca de 50 nacionalidades.
- III – Estima-se que a construção da estrada de ferro ocasionou a morte de milhares de operários, além de comprometer populações indígenas locais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a afirmativa I está errada.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está errada.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão erradas.

GEOGRAFIA DE RONDÔNIA*Priscila Silveira*

- 34.** Com base nas características das principais bacias hidrográficas do estado de Rondônia, assinale a alternativa correta sobre os rios que compõem essa rede.
- a) O rio Guaporé nasce no estado de Rondônia, faz fronteira com a Bolívia em um longo trecho e, após se unir ao rio Beni, forma o rio Madeira, sendo um dos cursos principais d'água do estado.
 - b) O rio Abunã, que deságua no rio Mamoré, possui como principal afluente o rio Marmelo, no lado brasileiro, contribuindo para a delimitação natural de parte do território rondoniense.
 - c) O rio Jamari, com nascentes próximas às serras dos Pacaás Novos, no município de Campo Novo de Rondônia, abriga a Usina Hidrelétrica de Samuel.
 - d) O rio Roosevelt, que nasce em Mato Grosso e atravessa Rondônia no sentido norte, encontra sua foz no rio Madeira dentro dos limites territoriais de Rondônia, sendo responsável pela drenagem de áreas do sudeste do estado.
 - e) O rio Machado, também conhecido como Ji-Paraná, é formado pelos rios Comemoração e Apediá, e atravessa o estado no sentido norte. Considerado o principal afluente do rio Madeira em Rondônia, ele delimita parte da fronteira entre o Brasil e a Bolívia.
- 35.** Considerando o clima do estado de Rondônia e os fatores que influenciam seu regime de chuvas, assinale a alternativa correta sobre as características climáticas e os atmosféricos da região.
- a) A temperatura média anual em Rondônia oscilou entre 18°C e 20°C, com mínima de 12°C durante o inverno devido à forte influência das massas de frio provenientes do sul do Brasil.
 - b) O período chuvoso em Rondônia ocorre de maio a setembro, sendo influenciado principalmente pelo sistema da Alta da Bolívia e pelas Zonas de Convergência do Atlântico Sul, que causam chuvas intensas nessa época.
 - c) Em Rondônia predomina o clima Tropical Monçônico, com estação seca de longa duração e amplitude térmica anual que varia entre 3°C e 5°C ao longo do ano, e, período chuvoso entre julho e agosto.
 - d) A evapotranspiração potencial anual de Rondônia é baixa, devido à baixa umidade relativa durante o verão, com valores que raramente ultrapassam 50%.
 - e) A variação média anual de Rondônia varia entre 1.400 e 2.500 mm, sendo os meses de outubro a abril caracterizados como o período mais chuvoso devido à elevada atividade convectiva e à influência da Zona de Convergência do Atlântico Sul.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Herbert Almeida*

36. Os órgãos são centros de competências, sem personalidade jurídica própria, que atuam, por meio dos agentes nele lotados, em nome da entidade política ou administrativa que a integram. Em relação à classificação dos órgãos públicos quanto à posição estatal, analise:

- I. órgãos independentes são os originários da Constituição Federal, não possuindo qualquer subordinação hierárquica ou funcional.
- II. órgãos autônomos possuem ampla autonomia administrativa, financeira e técnica, caracterizando-se como órgãos diretivos, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle.
- III. órgãos superiores gozam de autonomia administrativa e financeira.

Está correto o que se afirma somente nos itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

37. Maria, servidora pública, foi responsabilizada por um ato de improbidade administrativa, no qual se verificou a apropriação de recursos públicos para benefício pessoal. Durante o processo, o juiz determinou a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, de acordo com a gravidade do ato cometido. Com base no disposto na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) a sanção de multa civil pode ser reduzida até a metade, caso o juiz considere que o valor calculado seja ineficaz para a reprovação e prevenção do ato de improbidade.

- b) a proibição de contratar com o poder público pode se aplicar a empresas que não tenham praticado o ato de improbidade, desde que a pessoa jurídica tenha recebido benefício fiscal do ente público lesado.

- c) a sanção de suspensão dos direitos políticos somente poderá ser aplicada de forma isolada.

- d) a sanção de proibição de contratar com o poder público pode se estender a outros entes públicos, desde que existam justificativas relevantes.

- e) a responsabilidade das pessoas jurídicas pela prática de atos de improbidade administrativa se limita às sanções previstas na Lei de Improbidade, não devendo considerar os efeitos econômicos e sociais da sanção.

38. João é servidor do Tribunal de Justiça de Rondônia e, ao conduzir veículo oficial, se chocou contra um veículo particular que seguia em um cruzamento. O veículo particular sofreu danos materiais, como amassados e vidros quebrados. Nessa situação, acerca da responsabilidade civil estatal é correto afirmar:

- a) João responde subjetivamente pelos danos causados caso o Estado demonstre, em ação de regresso, o dolo ou a culpa em sua conduta.

- b) a responsabilidade do servidor em relação aos danos sofridos pelo particular é objetiva, sendo imprescindível a demonstração de dolo ou culpa pelo particular para que faça jus à indenização.

- c) caso demonstrada culpa concorrente do particular no evento causador do dano, a responsabilidade estatal estaria excluída.

- d) a culpa exclusiva do particular atenua a responsabilidade civil estatal.

- e) a responsabilidade civil estatal está prevista na Constituição Federal e é, em regra, subjetiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

39. A respeito da competência dos órgãos do Poder Judiciário, pode-se afirmar corretamente que compete:

- a) ao STJ processar e julgar os governadores de Estado, nos crimes comuns
- b) ao Tribunal de Justiça processar e julgar o Presidente da República, nos crimes comuns
- c) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os desembargadores, nos crimes comuns e de responsabilidade
- d) ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar seus próprios Ministros, nos crimes de responsabilidade
- e) ao Tribunal de Justiça processar e julgar os Conselheiros dos Tribunais de Contas, nos crimes comuns.

40. Pode-se dizer que uma constituição é rígida quando:

- a) não pode ser alterada
- b) foi elaborada por representantes do povo legitimamente eleitos
- c) pode ser alterada por mera lei comum
- d) só pode ser alterada por um procedimento especial
- e) foi imposta por um poder ditatorial

41. Em relação à Administração Pública, considere as seguintes afirmações:

- I - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- II - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- III - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I e III
- e) I

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

42. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- b) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa poderá indicar, a critério do órgão decisor, suas consequências jurídicas e administrativas.
- c) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta o atual entendimento sobre o tema.
- d) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa.
- e) A edição de atos normativos por autoridade administrativa, incluídos os de organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação dos interessados.

43. Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de abuso de personalidade jurídica, pode o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- b) A desconsideração faz com que a execução recaia sobre os bens particulares de todos os sócios ou administradores da pessoa jurídica.

c) O desvio de finalidade se dá diante do cumprimento repetitivo, pela sociedade, de obrigações do sócio, ou vice-versa.

d) A mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

e) Caracteriza desvio de finalidade a mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

44. Com relação ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- b) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei a dispensar.
- c) Nas declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- d) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.
- e) As partes não poderão pactuar regras de interpretação dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.

45. Com relação à união estável e ao concubinato, assinale a alternativa correta.

- a) A preexistência de união estável de um dos conviventes não impede o reconhecimento de um novo vínculo de união estável referente ao mesmo período, em virtude da consagração da tese da possibilidade de duas uniões estáveis simultâneas pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O prazo mínimo de duração do relacionamento para efeito de reconhecimento de união estável é de dois anos.
- c) Não se admite a união estável de pessoa casada, ainda que separada de fato ou judicialmente.
- d) Para alterar o regime de bens da união estável, faz-se necessária a formalização da mudança por escritura pública.
- e) Dois irmãos consanguíneos podem conviver em união concubinária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. No tocante à penhora, avaliação, embargos à execução e atos expropriatórios no âmbito do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência do ato.
- b) A concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens.
- c) Exige-se a penhora para apresentação de embargos à execução.
- d) No caso de penhora de bem hipotecado, o executado poderá remi-lo no mesmo prazo para embargos à execução, oferecendo preço igual ao da avaliação, se não tiver havido licitantes, ou ao do maior lance oferecido.

e) Realizados os atos expropriatórios do bem, o juiz dará início à penhora.

47. Considerando as disposições do Código de Processo Civil aplicáveis ao incidente de resolução de demandas repetitivas, assinale a afirmativa correta.

- a) A desistência ou o abandono do processo impede o exame de mérito do incidente.
- b) Exige-se o pagamento de custas para o seu processamento.
- c) Do julgamento do mérito do incidente caberá apelação.
- d) O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.
- e) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede nova suscitação.

48. No que concerne à modificação da competência nos termos do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente.
- b) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.
- d) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- e) O juiz não poderá, de ofício, reconhecer a abusividade de cláusula de eleição de foro antes da citação.

49. O juiz poderá condenar o litigante de má-fé ao pagamento de multa. De acordo com o Código de Processo Civil, a referida penalidade:

- a) será de até vinte por cento do valor corrigido da causa.
- b) deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa.
- c) deverá ser superior a cinco por cento e inferior a vinte por cento do valor corrigido da causa.
- d) será de até dez por cento do valor corrigido da causa.
- e) será de até um por cento do valor corrigido da causa.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

50. Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo beneficiar o agente será aplicada aos fatos anteriores, ainda que já tenha havido sentença penal condenatória transitada em julgado, cabendo, nesse caso, ao Juízo da execução penal a aplicação da nova lei benéfica.

II – Aplica-se a lei penal brasileira ao crime de furto qualificado praticado no exterior contra sociedade de economia mista brasileira, ainda que o agente já tenha cumprido pena pelo mesmo crime no estrangeiro.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

IV – Consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves, mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se encontrem.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I e IV

- c) II, III e IV
- d) I e III
- e) III

51. Victor e Ricardo, munidos de uma arma de fogo, abordaram Matheus quando este saía de um bar no centro da cidade. Após a abordagem, exigiram que a vítima entrasse no veículo dos infratores e fosse com eles até vários caixas eletrônicos e realizasse diversos saques nos terminais de autoatendimento, mediante o uso de cartão e senha. Cerca de 2h depois, já tendo obtido um total de R\$ 6.000,00 da vítima, os infratores libertaram Matheus às margens de uma rodovia federal.

Nesse caso, é correto afirmar que os agentes praticaram o crime de:

- a) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, majorado de um terço à metade
- b) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, sem majoração
- c) roubo qualificado
- d) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, apenas
- e) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e pela restrição da liberdade da vítima

52. Acerca do crime de corrupção ativa, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de crime próprio, que somente pode ser praticado por funcionário público.
- b) Trata-se de tipo penal que exige a presença de elemento subjetivo específico do tipo para sua configuração.
- c) Trata-se crime material.
- d) A configuração do crime de corrupção ativa depende da existência do crime de corrupção passiva, sendo tipos penais necessariamente bilaterais.
- e) Não há previsão de qualificadoras ou causas de aumento de pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

53. Quanto ao inquérito policial, e na forma do CPP, é correto afirmar que:

- a) para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- b) todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, nesse caso, rubricadas pela autoridade.
- c) o inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente.
- d) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- e) o inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, em nenhum caso, haja vista sua dispensabilidade.

54. De acordo com o tema ação penal, marque a alternativa correta:

- a) Quando não houver justa causa para a ação penal, o Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- b) Não são admitidas no ordenamento jurídico brasileiro ações penais de iniciativa privada em crimes de ação penal pública.
- c) A depender do caso concreto, a ação penal pública dependerá de requisição prévia do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) Nos crimes de ação penal privada, o ofendido poderá escolher por exercer o direito de queixa contra alguns dos autores já conhecidos do crime.
- e) Haverá a decadência da ação penal pública condicionada à representação, se o direito de representar não for exercido no prazo de seis meses, a contar da data da infração penal.

55. De acordo com as citações e intimações no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) A citação inicial far-se-á por mandado ou pelos correios, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- b) Caso o réu se encontre fora do território da jurisdição do juiz processante, em outro estado da federação, será citado mediante rogatória.
- c) O Código de Processo Penal admite a precatória itinerante.
- d) A citação por hora certa, para ser efetivada, depende de determinação do juiz de direito.
- e) O processo terá completada a sua formação quando for apresentada a resposta à acusação.

56. De acordo com o tema prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) É admitida pelo prazo máximo de cinco dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.

LEGISLAÇÃO PENAL*Antônio Pequeno*

57. Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.

Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que

- a) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.
- b) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.
- c) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.
- d) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.
- e) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

58. Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, marque a alternativa incorreta

- a) É crime hediondo o crime de incitação ao crime de genocídio.
- b) É crime hediondo o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado
- c) É crime hediondo a extorsão mediante sequestro na forma qualificada
- d) É crime hediondo o sequestro e o cárcere privado contra menor de 18 anos.
- e) É crime hediondo o crime de associação criminosa.

59. Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- a) os crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exigem a presença de elemento subjetivo especial, isto é, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, a atuação por mero capricho ou satisfação pessoal;
- b) aquele que exerce função pública transitoriamente ou sem remuneração não é considerado autoridade pública, de modo que não pode figurar como sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade;
- c) nos crimes de abuso de autoridade, a queixa subsidiária pode ser oferecida pelo ofendido, ainda que ausente qualquer inércia por parte do Ministério Público;
- d) os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada a representação da vítima, ou, quando incapaz, de seu representante legal;
- e) os particulares jamais poderão concorrer para os crimes de abuso de autoridade, pois estes são privativos de agentes públicos.

- 60.** Marque a alternativa correta de acordo com a Lei Maria da Penha (lei nº 11340/2006) e o entendimento dos Tribunais superiores.
- a) A suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
 - b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação.
 - c) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico possibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
 - d) É aplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
 - e) Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, não se exige a coabitação entre autor e vítima.
-

Discursiva

Pedrinho, brasileiro, casado, servidor público, é denunciado pelo crime de corrupção que fora praticado por ele um ano antes. A denúncia é recebida. Devidamente citado por edital, Pedrinho não comparece à audiência nem constitui advogado.

Considerando o caso hipotético, comente quais são as consequências processuais e penais e explique, abordando, inclusive, a questão dos prazos: isso se aplicaria a qualquer outro crime da justiça comum?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
